

Sobre a possível aliança entre a Política da Libertação e a genealogia crítica: Entre Michel Foucault e Enrique Dussel no Sul Global

On the Possible Alliance Between the Politics of Liberation and Critical Genealogy: Michel Foucault and Enrique Dussel in the Global South

João Luiz Freire Castro¹
Pedro Moraes Vasques²
José Pascoal Mantovani³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar mediações, mas também estabelecer diferenciações fundamentais entre o pensamento de Michel Foucault e Enrique Dussel. Para essa tarefa, a partir de uma análise bibliográfica, utilizam-se as contribuições do filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, assim como a sua tese de que o pensamento de Foucault não é necessariamente eurocêntrico pois, embora seus conteúdos utilizados sejam europeus, a sua forma (genealogia) não é dependente deles para se sustentar de forma autônoma em outros objetos. Considerando isso, tem-se como pontos de articulação entre o argentino e o francês a análise do aforismo de Clausewitz e o “momento da crítica”. Ao final, são sintetizados os principais pontos em comum e de discordância.

Palavras-chave: Crítica; Política Da Libertação; Genealogia; Fetichismo.

ABSTRACT

This article aims to mediate between and establish fundamental distinctions between the thought of Michel Foucault and Enrique Dussel. Through a bibliographic analysis, it employs the contributions of Colombian philosopher Santiago Castro-Gómez, specifically his thesis that Foucault's work is not inherently Eurocentric; while Foucault's empirical content is European, his method (genealogy) is not dependent on those origins to function autonomously when applied to other objects of study. Within this framework, the analysis of Clausewitz's aphorism and the “moment of critique” serve as primary points of articulation between the Argentine and French thinkers. Finally, the article synthesizes their main points of convergence and divergence.

Keywords: Critique; Politics of Liberation; Genealogy; Fetishism.

¹ Graduado em Direito pela PUC Minas, mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Graduado em Filosofia pela PUC Minas, Mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Graduado em Teologia e Filosofia pela UMESP, Mestre em Ciências da Religião e Doutor em Educação pela UMESP.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo realizar aproximações entre o pensamento de Michel Foucault e Enrique Dussel. Pretende-se aproximar a genealogia crítica, daquele — enquanto modo de operar os campos do conhecimento — à Política da Libertação, deste, como sua aliada. Contudo, tem-se em mente que os debates decoloniais e pós-coloniais não compartilham unanimemente a posição de que essa interação é possível e frutífera para as elaborações teóricas nas periferias do mundo. (Messias; Silveira, 2019)

No caso de Dussel, um dos exemplos de restrição em relação à aproximação da genealogia foucaultiana é em relação ao poder disciplinar (Silva; Oliveira, 2024). O filósofo argentino, em seus trabalhos ligados à ética (Dussel, 2016), entende que Foucault teria atribuído um caráter estritamente negativo em relação à disciplina, de modo que ela representasse, unilateralmente, a repressão dos sujeitos. Em contrapartida, Dussel entenderia que a disciplina pode ser um potencializador dos sujeitos criativos a fim de concretizar os seus objetivos, uma vez que ela é um componente essencial para atravessar as instituições, componente social esse que Dussel entende como essencial para se estruturar e viver em sociedade.

No presente trabalho, para realizar o intuito de aproximação, toma-se a posição de Santiago Castro-Gómez, que tenta mediar as contribuições foucaultianas para com a análise da colonialidade do poder (Castro-Gómez, 2007, 2014; Messias; Silveira, 2019). O autor colombiano levanta, como hipótese, a possibilidade de que o esforço foucaultiano seja inerentemente eurocêntrico e, portanto, contraprodutivo em políticas decoloniais emancipatórias ao perguntar “¿es la analítica foucaultiana del poder una metodología eurocéntrica?” (Castro-Gómez, 2007, p. 164) A resposta é matizada, pois leva em consideração duas diferentes dimensões do método foucaultiano e, para cada uma delas, a resposta é diferente. Ele afirma “Mi respuesta sería que sí, en consideración a sus *contenidos*, pero no en consideración a su *forma*” (Castro-Gómez, 2007, p. 164)

De maneira prática, pode-se entender que do ponto de vista dos conteúdos, em cursos como *Em defesa da Sociedade* (2010), Foucault se debruça sobre uma **Revista Primus Vitam. ISSN 2236-7799. Nº 22 – 1º Semestre de 2026**

lógica interestatal exclusivamente europeia – o que leva Castro-Gómez a afirmar seu eurocentrismo –, porém isso não significa que seus resultados não possam ser modulados para o sistema-mundo, extrapolando seu provincianismo. Castro-Gómez (2007) ressalta que não se trata de uma relação excludente, posto que no final do mencionado curso de 1976 e em *Segurança, território, população* (2022) Foucault desenvolve um conceito de racismo que embora não tenha como ponto de origem o colonialismo, tem nele uma de suas derivações.

Somado a isso, Castro-Gomez (2007, 2014) entende que a crítica comumente feita a Foucault sobre seu foco na dimensão micropolítica não é de todo impeditiva para realizar uma mediação entre o pensamento de autores como Dussel, inclusive, serve como um potencializador da superação de heranças dialéticas. Ele considera que os fenômenos de transformação dos sujeitos têm um peso na dimensão macro da análise política. A leitura de Castro-Gómez, embora tenha restrições consideráveis, serve como uma forma de avaliar se o uso de categorias modernas pelos autores decoloniais e pós-coloniais favorece o rompimento com o paradigma euro-americano-cêntrico.

Em razão disso, o texto terá dois eixos de articulação Dussel-Foucault: suas discussões sobre a inversão do modelo de Clausewitz e como tal leva a uma mudança de paradigma sobre o que constitui a ação política, e a relação do conceito de *hiper-potentia* com o de crítica foucaultiana. A *hiper-potentia* é chave porque é justamente o elemento instigador do momento criador da política, onde uma nova organização social que rompe os grilhões anteriores surge dentro do que Dussel (2022) chama de “terceira constelação”.

Como textos centrais dessa interação, serão utilizados o último livro de Dussel, *Política de la Liberación. Volumen III. Crítica creadora* (2022), *20 teses de política* (2007), o já mencionado curso de Foucault *Em defesa da sociedade* (2010), somado ao seu *O que é crítica?* (2025). Ao fim, serão realizadas ponderações sobre as compatibilidades e incompatibilidades encontradas.

2 Primeiro (des)encontro: diálogo a partir de Clausewitz

A figura de Karl von Clausewitz é importante tanto para Dussel quanto para Foucault no que se refere ao sistema político e os movimentos contidos nele. Contudo, há três importantes diferenças a serem tratadas: cronológica-geográfica, alienação/não alienação, e a superação ou não do paradigma da guerra na política. Os dois primeiros serão o foco dessa sessão, enquanto o último será a ponte para a parte seguinte.

No terceiro volume da *Política da Liberação*, a primeira menção e discussão sobre Clausewitz e a sua teorização sobre a guerra está no trigésimo parágrafo⁴, no qual Dussel discorre sobre a fetichização do sistema político. Mas antes, é necessário apresentar o seu famoso aforismo, segundo ele a guerra seria a continuação da política, ou seja, a violência da batalha não é um rompimento da ordem vigente, mas uma de suas facetas, ele se tornou mais famoso ao ser invertido por Foucault em 1976 (Dussel, 2022; 2010)

Essa seção é localizada na parte do livro dedicada à segunda constelação, mais especificamente no capítulo 4, cujo foco é a crítica da ordem vigente. É importante considerar o que Dussel (2022) já deixa clara a necessidade de se ter como pressuposto a posição da segunda constelação: um momento de ruptura da ordem vigente tratada nos volumes anteriores. Somado a isso, ele nos fornece no parágrafo anterior uma versão sumária da história da ordem vigente, mais especificamente o império americano, esse herdeiro do liberalismo e motor do sistema atual de exclusão global.

Nesse sentido, a figura do contrato é essencial para a operacionalização do processo de fetichização da política, aquele definido como “[a] corrupção originária do político, [...] em que o ator político [...] acredita poder afirmar sua própria subjetividade para a instituição em que cumpre alguma função” (Dussel, 2007, p. 16). Isso ocorre porque o contrato realiza uma separação em ilhas dos indivíduos

⁴ Importante deixar desde início para aqueles não familiarizados com a estrutura dos volumes do *Política da Liberação*, os parágrafos são a numeração dos textos dentro de seus respectivos capítulos, estes segundo os quais são as grandes subdivisões das partes.

que constituem a comunidade política, há somente uma autonomia relativa de um poder delegado, um poder que se encontra disperso em todo o sistema político e que Dussel (2022) descreve em concordância expressa com Michel Foucault.

[...] las instituciones, lugar del ejercicio *delegado* del poder con solo autonomía *relativa*, se auto-constituyen como el lugar privilegiado de dicho ejercicio (que de *delegado* se sitúa como *soberano*), y en concordancia con M. Foucault podemos decir que dicho poder se encuentra diseminado en todo el sistema político, donde cada una de sus partes se fetichizan, se corrompen también. La comunidad que era el origen y fundamento del poder político ahora es el objeto obediente del mandato dominador del que ostenta el ejercicio institucional del poder: «los que mandan mandan mandando» (Dussel, 2022, p. 215)

O fetichismo, portanto, não se trata de um movimento singular e homogêneo de separação, e sim processos de fetichização em cadeia conforme a escala comunitária a ser fetichizada. Haja vista que em Dussel o fetichismo extrapola a ideia de transformar em animado o inanimado, na perspectiva da filosofia da libertação, pois segue uma proposição que radicaliza os campos da ontologia, da política e da teologia. E quando se expande o escopo, partindo do bairro e indo até a nação, e desta nação para as dominadas. Dussel (2022) destaca que nesse nível ocorre um fenômeno de coisificação das relações de produção na potência global, ou seja, o processo de reificação é fundamental para a efetivação deste projeto.

É em razão disso que ele conclui que “[e]l Estado imperial militarizado y dominador es analógicamente en el campo político el capital financiero que rinde interés en el sistema capitalista globalizado (en su consideración conceptual abstracta).”(Dussel, 2022, p. 219) A “estabilização” das relações geopolíticas pela metrópole global na realidade é um estado de guerra permanente, o que permite ver o movimento de defesa dos povos subalternizados como a tentativa de retomada da comunidade rompendo as amarras da fetichização.

É nesse ponto que Dussel (2022) menciona uma primeira vez a opção pela força da guerra defensiva de Clausewitz como o fator tensionador dessas condições o qual mantém-se um estado de guerra permanente se mantiver fetichizada. O filósofo argentino retorna a essa elaboração no momento da terceira constelação, aquela referente a construção política criadora, para tratar do rompimento desse estado de guerra a partir do que ele chama de *hiper-potentia*. Ela é a força de

rompimento com o poder em si (*potentia*) e as estruturas institucionais (*potestas*) para os sujeitos separados pela fetichização.

Si la *potentia* era todavía el poder *en-sí*, y la *potestas* (todas las estructuras institucionales) era el poder *fuera-de-sí*, ahora la *hiper-potentia* es el poder que retorna hacia sí pero en un grado de mayor profundidad: es el poder *para-sí* con auto-conciencia de ser un nuevo momento de la auto-determinación creadora del pueblo en la historia. Es la conciencia del pueblo *para-sí*, que se separa, que rompe con la comunidad política en sus sectores dominadores que queda como la crisálida muerta de una mariposa que vuela en la primavera con renovados bríos hacia una nueva edad del mundo (diría Schelling). (Dussel, 2022, p. 883–884)

E para ativar a *hiper-potentia* existem atores políticos específicos: o que ele denomina de “resto”. Esse grupo seria “el núcleo más combatiente de un pueblo, de una comunidad política mil veces golpeada pero no vencida del todo” (Dussel, 2022, p. 889–890), ou seja, aqueles espoliados pelo processo de fetichização política, mas que ficam nas suas periferias. É justamente no acesso débil à política fetichizada que esse grupo pode se valer dela como estratégia de guerra para renovar a *potentia* e a transformar em *hiper-potentia*. Dessa forma, surgem os processos de insurreição, não necessariamente armados e violentos, mas “que como em una lucha de titanes producirá el nacimiento en una nueva época en la historia del pueblo.” (Dussel, 2022, p. 890)

Voltemo-nos agora para como Foucault trata do paradigma da guerra em Clausewitz. Conforme já adiantado anteriormente, a distinção inicial é a do recorte geográfico. No curso *Em Defesa da Sociedade* (2010), ministrado em 1976, são trabalhados os contextos da Inglaterra e da França após o fim das guerras religiosas, no século XVI. Portanto, o discurso da guerra em Foucault se iniciaria antes da consolidação do que se entende por modernidade. Isso é importante para a Castro-Gómez (2007, 2014), pois sua objeção ao discurso decolonial e pós-colonial fundamenta-se justamente em impugnar um binarismo rígido entre a modernidade e a colonialidade.

O procedimento é igualmente distinto em Foucault. No mencionado curso, o estopim para a inversão do aforismo de Clausewitz é justamente a tentativa de se fazer uma analítica do poder que não se atenha exclusiva ou predominantemente a uma posição, não necessariamente assumindo a sua tese como superior ou detentora da verdade sobre as relações de poder, e sim galgando outro caminho.

Embora Foucault se refira ao marxismo em tom combativo, o seu problema não seria com um dever de superação, e sim questionar o que ocorre quando o marxismo e a psicanálise se tornam ciências. Dessa forma, ele define o poder da seguinte forma:

Para fazer uma análise não econômica do poder, de que, atualmente, dispomos? Acho que se pode dizer que dispomos realmente de muita pouca coisa. [...] o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato. [...] o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força. [...] o poder é essencialmente o que reprime. É o que reprime a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos. E, quando, no discurso contemporâneo, encontramos essa definição repisada do poder como o que reprime, afinal de contas, o discurso contemporâneo não faz uma invenção. (Foucault, 2010, p. 15)

É como corolário dessa definição que surge a sua conclusão de que a política seria a continuação da guerra, tendo em vista a sua estruturação a partir de uma teia de relação de forças. Relações de forças estas que atravessam os discursos moldando os sujeitos e instituições. O motor desses jogos de força seria o processo de disciplinamento dos saberes, que seleciona as formas de conhecimento válidas que operacionalizarão as relações intersubjetivas e interinstitucionais. E é no mencionado recorte temporal que ele discorre sobre como se desenvolveram os aparatos de disciplinamento dos saberes.

Logo, pensar a política como ressignificação da guerra, ou, ao mesmo, a reorganização da vivência bélica é notar que a paz é uma ilusão que estrutura subjetividades sem a necessidade de efetivação. As leis existem como eco de batalhas sangrentas, de modo que a vontade do vencedor prevaleceu. Para a perpetuação deste nomos organizador, algumas instituições são fundamentais (escolas, prisão, fábrica, hospitais, igrejas), as quais garantem a manutenção da operacionalidade do estado constante de guerra, a qual não termina com o silenciamento dos canhões, pelo contrário, é por meio da linguagem, da economia, da sexualidade, dos discursos de versidade e divisão social que elas se efetivam.

Finalizada a exposição sobre os caminhos dos autores que pretendemos aproximar, vejamos o que pode ser feito de aproximações. De forma superficial, pode-se argumentar por uma incompatibilidade total, como foi apresentado na explicação sobre o procedimento de fetichização, a figura do contrato que é parte essencial dele, o que enquadraria essa análise no modelo economicista do qual Foucault pretende se afastar em sua analítica do poder. Todavia, foi destacado que

Dussel encara o processo de fetichização como algo que é disseminado, em concordância explícita com o filósofo francês e sua noção de “microfísica do poder” onde, sobre o termo “poder” deve-se, antes de tudo, “supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social” (Foucault, 1999, p. 90).

Deve-se aprofundar mais um pouco. A figura do contrato que Dussel visualiza e apresenta para compor o que ele define como processo de fetichização do político não é somente aquele com conteúdo econômico. Primeiro porque ele em si já é uma forma fetichizada, e somado a isso ele destaca que a forma contrato é múltipla formal e materialmente (contrato sexual, contrato racial, etc.).

De todas maneras, esa diferenciación de *contratos* se refiere a diversos campos (materiales o formales) que cruzan el campo político y determinan el ámbito social de los diversos movimientos sociales (cada uno de los cuales lucharía contra un cierto *contracto* implícito, dominador y fetichizado). (Dussel, 2022, p. 208)

Nessa seção e em outras, Dussel usa de forma *analógica* conceitos de economia política para aplicá-los ao campo político. A analogia é essencial portanto para pensar essa aproximação, ela implica um uso não vinculativo das ideias de economia política, e sim o uso de sua forma para compreender o objeto da análise (conteúdo). Esse movimento é defendido por Castro-Gómez (2007), conforme tratado na introdução. Embora deslocados geograficamente e temporalmente, ambos chegam à conclusão de que a política se constitui como continuação da guerra, sendo a estratégia um dos elementos fundamentais da ação política.

Dessa forma, existe uma possibilidade de diálogo a partir do tratamento das ferramentas metodológicas como de diagnóstico. A vinculação ao conteúdo europeu de Foucault tão criticado poderia ser deslocada dessa forma para outros contextos, inclusive o latino-americano. Se o fetichismo opera de forma tão capilar, não se limitando ao processo formativo de uma nação, mas penetrando nas comunidades, e nos indivíduos, interferindo em suas culturas, seria possível realizar pesquisas genealógicas sobre os discursos que fazem fluir o processo de fetichização. Contudo, o ponto de conflito principal se instaura no momento de rompimento das amarras, no questionamento da forma de governar e da ruptura. Como vimos a *hiper-potentia* é de suma importância para Dussel. Mas qual seria o ponto de

Revista Primus Vitam. ISSN 2236-7799. Nº 22 – 1º Semestre de 2026

interlocução dela com o pensamento de Foucault? Isso será visto em chave com outro texto de Foucault *O que é crítica?* (2025).

3 Segundo (des)encontro: *hiper-potentia*, crítica e populismo

Conforme foi visto, a *hiper-potentia* constitui esse momento de tomada do poder para si com autoconsciência desses indivíduos à margem do sistema, que forma o bloco de grupos que carregarão essa potência. A crítica à ordem vigente toma corpo e movimento. Nesse sentido, é importante o conceito de Dussel (2007, 2022) de “bloco social dos oprimidos”. O termo “bloco” que Dussel utiliza é retirado analogicamente de Antonio Gramsci, sendo operacionalizado de forma diferente na política da libertação.

Esse bloco não se trata de um grupo ou movimento homogêneo, e sim uma aglomeração de grupos heterogêneos. Conforme descrito por Dussel o bloco “não é uma pedra; quanto à sua consistência, só é um conjunto integrável e desintegrável: pode ter “contradições” em seu seio (como propunha Mao Tse-tung): aparece com força em um momento e desaparece quando tiver completado sua tarefa”(Dussel, 2007, p. 94). O outro elemento do termo, o “social”, situa-se na esteira do reconhecimento da heterogeneidade grupal. Há também o reconhecimento da multiplicidade de demandas, em razão de elas procederem “dos conflitos dos campos materiais [...], e que lentamente passa o primeiro umbral da sociedade civil, e daí o segundo umbral da sociedade política.(Dussel, 2007, p. 94)

A partir de uma razão dialógica transversal, esse bloco que possui reivindicações e características diversas pode estabelecer suas demandas hegemônicas (Dussel, 2022). Cumpre ressaltar que Dussel (2007, 2022) usa o termo hegemonia também de forma analógica, e não ligado ao seu significado padrão de homogeneização de um grupo e suas demandas e sim como um consenso que não opera visando uma concordância perfeita de todos os grupos. Movimentos de trabalhadores como sindicatos, movimentos feministas, LGBTQIAPN+, e povos originários, estes são exemplos desses grupos à margem que constituiriam esse

Revista Primus Vitam. ISSN 2236-7799. Nº 22 – 1º Semestre de 2026

bloco. Vale destacar que, conforme a interpretação de Carneiro sobre a dimensão genealógica foucaultiana, todo dispositivo de poder produz a sua própria resistência (Carneiro, 2022).

O processo de autodeterminação tem um outro elemento que é a parte criadora, existe um rompimento do bloco com a ordem vigente que é acompanhado pelo movimento gestacional da nova ordem. Em razão disso, conforme citado anteriormente, Dussel (2022) usa a imagem da crisálida para visualizarmos esse movimento.

Foucault, por sua vez, entende de forma diferente o que seria o ato crítico, ele não está ligado necessariamente ao rompimento da ordem vigente e a criação de uma nova, Foucault posiciona esse movimento preferencialmente no indivíduo (Não sei se deixei escapar mas, caso não o tenha feito, acho importante assinalar sinteticamente como Dussel entende “crítica”). Em *O que é crítica?* (2025), ele a localiza expressamente na modernidade, tendo em vista a proliferação do que ele chama de poder pastoral⁵. Essa forma de governar tem suas raízes na Idade Média e se funda em uma concepção de que

[...] cada indivíduo, qualquer que seja sua idade, seu estatuto, e de uma ponta a outra de sua vida, até nos detalhes de suas ações, devia ser governado e devia se deixar governar, isto é, ser dirigido para a própria salvação, por alguém que o liga numa relação global e, ao mesmo tempo, meticulosa, detalhada, de obediência. (Foucault, 2025, p. 36)

Mais uma vez observamos de antemão que há o deslocamento geográfico aqui. O escopo o qual Foucault trabalha, tanto nesta conferência quanto no curso recém-finalizado à época, *Segurança, Território e População* (2022), é da Idade Média até a modernidade europeia. Contudo, novamente a pedra de toque não é a materialidade história, e sim a formação dos discursos. Pois, como já destacado por Foucault

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2014, p. 8-9)

⁵ Esse tema é aprofundado de forma maior no curso *Segurança Território e População* (2022), ministrado entre 1977 e 1978, a conferência *O que é crítica?* foi realizada após a sua conclusão no ano de 1978.

Essa primeira conceitualização de crítica é perpassada por um triplo regime de verdade: o dogma, um conhecimento individualizante e a composição de regras gerais. É a partir dessa forma de governar que teriam se constituído as diversas artes de governar, sendo a atitude crítica corolária do desenvolvimento destas artes. Dessa profusão de formas de governar soergueram-se as perguntas “como governar?” e “qual forma de governar é a mais correta?”. Em síntese, se trataria de uma atitude que se volta para o questionamento da legitimidade das formas de governo, e que tem como figura central Kant. O iluminista alemão vincula esse posicionamento a um processo de autodeterminação do sujeito de um estado de “menoridade” para de “maioridade”.

É justamente esse momento no qual Kant se coloca como intelectual público, na entrevista concedida a um jornal denominada *Was Ist Aufklärung?*, que chama a atenção de Foucault para refletir sobre o papel social do intelectual e a relação entre jornalismo e filosofia. Essa discussão sobre o intelectual público será importante logo à frente, mas voltemos ao que constitui crítica para Foucault.

Na mencionada conferência é realizado um deslocamento da questão da legitimidade dos modos históricos de se conhecer e por consequência governar. Ao invés de se pensar um ponto fixo da perspectiva da legitimação, ele empreende o que ele chama de procedimentos de *acontecimentalização* os quais são estabelecidos a partir de conexões entre as formas de coerção e conhecimento. Conexões estas que são estabelecidas de forma provisória inicialmente em razão do desenvolvimento do raciocínio se dar na forma de rede, e é dessa forma que se comporta a genealogia.

Assim, a atitude crítica constitui-se como um posicionamento perante as formas de saber e não necessariamente as formas de legitimação (Foucault, 2025). Em contrapartida a um processo de autonomização guiado pela razão o sujeito questiona as condições de possibilidade de pensar e agir, e somente assim é produzida a transformação para algo novo, não uma forma “final”, mas algo diferente do ponto em que o indivíduo se encontrava.

Nesse sentido, é importante destacar que Foucault não localiza a insurgência a forma de governar como um desejo fundamental de ausência de governo: “[n]ão

seria um anarquismo fundamental, que seria como a liberdade originária absolutamente insubmissa e profunda em relação a toda governamentalização. [...] não significa que exclua algo assim de maneira absoluta. (Foucault, 2025, p. 72–73) Portanto, não há uma posição dele de uma realidade fora do poder.

Completadas as exposições sobre o momento criador de Dussel e Foucault, é necessário destacar a diferença fundamental. Conforme observado, Dussel opera já de início com a dimensão coletiva e de organização política do momento de rompimento com a ordem vigente. Já Foucault opera primeiramente com a ordem do sujeito. Em razão disso, surge uma crítica de Castro-Gómez (2014) a Dussel sobre o papel de quem capitanearia esse processo de rompimento.

Em *Crítica de la razón latino-americana* (2014) Castro-Gómez, embora se alinhe ao pensamento colonial e pós-colonial, possui uma preocupação: a transformação da identidade latino-americana em única. Para ele a aversão total de alguns autores de interagir com o que foi teorizado na Europa levaria a constituição de um “outro absoluto” que operaria de forma semelhante ao homem universal europeu. No caso específico de Dussel, ele reconhece que não há essa prevalência do desejo de separação dos pensamentos, o filósofo argentino realiza uma contraposição da modernidade europeia, “caracterizad[a] por un afán de objetivación y colonización, y el universo ético-político de los *pueblos* del Tercer Mundo, que se ubican en la exterioridad de esa modernidad.”(Castro-Gómez, 2014, p. 182)

Perante a lógica da *mesmicidade* (*mismidad*) (Castro-Gómez, 2014) europeia a filosofia da libertação provocaria um deslocamento cultural e político que reconheceria a exterioridade radical do outro, entendido como os povos latino-americanos, africanos e asiáticos, os quais estariam além da ontologia europeia da totalidade. A tarefa da filosofia da libertação seria ativar essas forças.

Para o autor colombiano, esse movimento para esse “outro essencial” desfaz as críticas que Dussel faz a uma lógica da representação política tradicional, e somado a isso, tal pensamento de “ativação” poderia levar a uma atitude dirigista do intelectual. Ele encara como principal consequência perigosa dessa “outridade” a produção de um modo de pensar populista. Castro-Gómez compartilha essa

preocupação do dirigismo do intelectual nos movimentos sociais com Foucault, se observarmos o diálogo com Deleuze em *Os intelectuais e o poder* (1998).

Finalizada a exposição de sua crítica, é necessário destacar que o livro do autor colombiano em questão é de 1995, com pequenas atualizações no texto original e a inclusão de textos posteriores a esse separadamente no livro em sua segunda edição de 2011. Isso é importante porque no terceiro volume da Política da Libertação, de 2022, mas também nas *20 teses sobre política*, de 2006, Dussel trata da problemática do populismo.

Dussel (2022), a partir de uma leitura dos estudos de Ernesto Laclau sobre o vocábulo populismo, traz uma distinção importante entre o povo e popular. Em relação à palavra povo o seu ponto de partida é diferente do tradicional, para ele esse vocábulo tem origens diferentes das tradicionais eurocêntricas. No mínimo seriam quatro: um território institucionalizado de um Estado, uma nação específica, uma cidade ou aldeia, e o de caráter messiânico do resto das *plebs*. Este último é o sentido denominado político crítico.

Diferentemente do povo, o popular consiste, não em uma categoria politicamente sociológica como a sua contraparte, e sim normativa “indica el límite de un tipo de actores, acciones o instituciones en referencia al «pueblo» em cuanto a sus determinaciones prácticas más esenciales, y que responden al cumplimiento de los principios políticos crítico-normativos.”(Dussel, 2022, p. 347) Ante essa diferenciação ele estabelece o populismo da seguinte forma:

[...] en la política deberá distinguirse entre «populismo» (como el hecho político empírico de la manipulación de un pueblo, distorsionando sus reivindicaciones, o que, al institucionalizarse, se aleja de su prístina espontaneidad) de «popular» (como hecho político *normativo* que, de manera inicial, potencial, lo *en sí* [*an sich*] hegeliano anterior a toda determinación; y que, inevitablemente, cae ya siempre posteriormente en alguna mediación que va transformando la *plebs* em *populus*; aunque siga siendo la fuente y última referencia de toda acción política crítica o liberadora). Lo «popular» dice relación a «pueblo» en su cuarto sentido, *crítico*, en cuanto se refiere al actor colectivo constructor de un nuevo *populus*. (Dussel, 2022, p. 346)

O populismo seria, assim, uma corrupção da *hiper-potentia* na qual a quarta dimensão de povo, a crítica, é distorcida a partir de um silenciamento da vontade comunicativa do bloco social dos oprimidos. A ordem a partir desse processo acaba se fetichizando novamente, interrompendo o momento criador. Como foi visto a

hiper-potentia advém de uma razão comunicativa transversal, a qual se diferencia de uma razão comunicativa como a de Habermas (Dussel, 2022). Isso implica necessariamente que o sujeito também se coloque em movimento crítico para si a fim de integrar o bloco social dos oprimidos e se manter nele.

Ante o exposto, é possível notar que há diferenças consideráveis entre a noção de crítica para Dussel e para Foucault, principalmente utilizando como mediador Castro-Gómez. Pode-se observar que paralelos podem ser traçados no movimento da crítica, do reposicionamento dos sujeitos perante a ordem vigente, entretanto, quando se chega ao momento criador, as mediações ficam dificultadas. Isso não significa que inevitavelmente o processo de criação messiânica do bloco social dos oprimidos leve sempre a uma solução populista como diz Castro-Gómez. A forma pela qual Dussel descreve o populismo com a possível corrupção da *hiper-potentia* revela uma compreensão dos riscos de um dirigismo pelo intelectual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explicitado na introdução, este texto tentou realizar alguns pontos de mediação entre o pensamento de Michel Foucault e Enrique Dussel. Tentou-se principalmente mostrar que a localização geográfica das análises, algo utilizado para tratar Foucault como eurocêntrico, não é impeditivo para notar paralelos nos procedimentos de diagnóstico realizados. Isso possibilita uma melhor compreensão da caracterização de Castro-Gómez de que a forma de análise foucaultiana não é essencialmente eurocêntrica, mesmo que os conteúdos tratados sejam europeus.

Essa correlação a partir das formas, dos procedimentos pode ser vista principalmente na concepção semelhante do filósofo argentino com o francês de que a política é a continuação da guerra por outros meios. Ambos reconhecem a insuficiência de uma análise centrada na economia das relações de poder, e além disso reconhecem a dimensão capilar do poder, Foucault com os discursos e Dussel com os processos de fetichização dos sujeitos e das comunidades.

Pode-se dizer que eles andam de mãos dadas até o momento da crítica, em que se dão as configurações dos movimentos dos sujeitos. Dussel ainda de certa forma está vinculado à questão de como se governar, a qual Foucault pretende se deslocar, contudo isso não significa que o processo de crítica foucaultiano não possa acontecer na esfera do indivíduo durante a formação da *hiper-potentia*. Cumpre destacar que a incompatibilidade total não se trata de algo inerentemente negativo e irremediável, pois conforme também foi tratado, o uso analógico de conceitos eurocêntricos por Dussel não significa uma capitulação a eles.

Portanto, conclui-se que o campo mais fértil de interação entre o autor argentino e o francês é a fase de diagnóstico da análise. Nela há procedimentos analógicos que podem ser feitos sem maiores incompatibilidades. Todavia, é no momento do estabelecimento de uma nova ordem que surgem incompatibilidades de difícil saneamento, a nova ordem tem inevitavelmente o clamor pelo reconhecimento e tratamento das questões coloniais, e talvez seja nesse ponto que o conteúdo fale mais alto que a forma. Talvez seja necessário reconhecer que os arquivos e a memória muitas vezes nos fazem escolher entre dois procedimentos de análise sem a possibilidade de uma total mediação harmônica.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**, n. 6, p. 153–172, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Crítica de la razón Latinoamericana**. Segunda edición ampliada ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2014.

DUSSEL, Enrique. **20 tesis de política**. São Paulo: CLACSO Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Política de la Liberación: Volumen III. Crítica Creadora**. 1st ed ed. Madrid: Trotta, Editorial S.A, 2022.

DUSSEL, Enrique D. **14 tesis de ética: hacia la esencia del pensamiento crítico**. Madrid: Trotta, 2016.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. *In: Microfísica Do Poder*. Tradução: Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. p. 69–78.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Tradução: J.A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975 - 1976)**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes - selo Martins, 2022.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** Tradução: Tradução: Claudio Medeiros *et al.* 1. ed. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2025.

MESSIAS, Clayton Roberto; SILVEIRA, Carlos Roberto da. Teorias Críticas Latino-Americanas: leitores e leituras decoloniais de Foucault. **Horizontes**, v. 37, p. e019030–e019030, 25 jun. 2019.

SILVA, Diogo Bacha; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Ética e política de libertação, de Enrique Dussel**: Belo Horizonte, MG: Conhecimento Livraria Editora e Distribuidora Ltda, 2024.